

Educação especial: inclusão social e, promoção de medidas de conscientização e combate à violência escolar

Fernanda Lima Ferreira ¹
Dulce Barbosa Lins ²
Larissa Kelly dos santos silva ³
Ozinaldo oliveira dos santos ⁴

RESUMO

A educação inclusiva é um tema muito pertinente nas áreas de pesquisa da educação. Com o avanço deste tema, as escolas foram se adaptando a receber alunos com necessidades especiais e que precisem de mais atenção na sala de aula. No entanto essa convivência escolar sem o acompanhamento correto, pode vir a gerar o tão comentado bullying. Essa pesquisa tem por objetivo investigar e apurar a incidência de bullying nas escolas, além de realizar um projeto de conscientização da escola e dos próprios alunos, e analisar a preparação das escolas para a recepção destes alunos. A escola foi visitada na manhã do dia 25/03/2019, crianças de 10 a 12 anos foram avaliadas, foi passado um questionário simples com perguntas específicas de “sim” ou “não” afim de verificar se eles tinham ciência do que é o bullying e se já tinha presenciado alguma situação desagradável na escola. Os resultados obtidos nesse questionaram mostraram que 45,83% das crianças já presenciaram algum caso de bullying, 20,08% nunca presenciaram e 33,3% não tem certeza, além disso outros dados como quantas crianças com deficiências eles conheciam também foram analisados. Esta pesquisa se torna importante a partir do momento em que é perceptível o número baixo de matrículas no ensino regular de crianças com deficiência que pode ser associado ao bullying e a professores despreparados em sala de aula.

Palavras-chave: educação especial, bullying, educação regular, inclusão.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, fernandaespinola@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, dulcebarbosalins@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, larissa.kelly@hptmail.com;

⁴ Doutor em Saúde Pública da Universidade de São Paulo - USP, ozinaldooliveira@hotmail.com; (83) 3322.3222

A luta pela inclusão e aceitação de pessoas com deficiência na sociedade tem início por volta do século XVIII, onde essas pessoas eram vistas como redentoras de alma e podiam frequentar, ou morar, em lugares especializados, como orfanatos e manicômios, onde podiam ser tratados e ensinados para desenvolver algumas habilidades, mas o marco da inclusão das pessoas com algum grau de deficiência ou algum tipo de transtorno no meio acadêmico foi por volta dos séculos XIX e XX onde teve a criação das primeiras escolas especiais, que tinham a visão de integrar essas pessoas a comunidade ao seu redor, mas não com o objetivo de igualar ao restante da sociedade. A partir de então estudos em várias áreas, como da saúde, educação e psicologia provaram que pessoas com deficiências e com transtornos globais eram capazes de aprender e se desenvolver no meio social.

A maior referência da conquista de espaço dessas pessoas para igualdade na sociedade foram as leis criadas para garantir seus direitos por toda vida acadêmica, garantindo uma qualificação para o meio de trabalho desejado e vida em sociedade. A partir da constituição federal de 1988 e da LDBEN (lei de diretrizes e bases da educação nacional) de 1996, afirmando que educação de qualidade é direito de todos e dever do estado e da família, se é direito de todos, pessoas que tem alguma deficiência ou transtorno podem e devem ser educados em sociedade, respeitando suas diferenças e limitações, A LDBEN promove e deixa claro a inclusão da educação especial em institutos de ensino regulares criando assim a modalidade de educação especial oferecida em escolas regulares, com medidas que auxiliam alunos dessa modalidade em questões desde acessibilidade e locomoção, acompanhamento especializado para desenvolvimento das suas habilidades cognitivas até leis sobre criações de estratégias educacionais para melhor atender o público escolar, como medidas de prevenção a intimidação sistemática (bullying). O ministério da Educação aprovou, a partir de 2015, a sala de recursos multifuncionais, onde alunos com necessidades físicas ou mentais terão atendimento educacional especializado, seu funcionamento é oposto aos horários de aula. onde os alunos da modalidade poderão desenvolver em tempo regular as matérias padrões do ensino, e em horário oposto das aulas eles poderão desenvolver suas habilidades cognitivas e motoras diminuindo suas limitações.

Dentro das escolas ainda existe um hábito entre os alunos de promover e aplicar a intimidação, podendo passar despercebida pela área pedagógica da instituição e não ter as devidas medidas tomadas para sua solução, causando problemas para quem sofre a intimidação, como exemplo de afastamento social e depressão. Com a implantação da educação especial em escolas regulares, é percebido uma vulnerabilidade desses alunos no

âmbito escolar, além da falta de uma boa infraestrutura para a locomoção dos mesmos, muitos sofrem com problemas de interações com os demais colegas e com o bullying, com isso focaremos em reconhecer essas vulnerabilidades nas dependências escolares para reportar a coordenação da escola e focar na prevenção do preconceito e bullying. Trabalhando através de conversas e dinâmicas a inclusão e interação entre os alunos reforçando a formação de valores e respeito, e a promoção de medidas de conscientização e combate à violência escolar, visando a conscientização dentro das salas de aula acerca do tema.

METODOLOGIA

A parte inicial do trabalho se deu a partir da leitura de artigos, teses e documentos que se tratam dos temas propostos. Documentos como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e o PNE (Plano Nacional da Educação) foram usados como bases para a escrita do projetos e elaboração do mesmo, afim de entender mais o tema e o que deve ser esperado segundo a lei, desta maneira, poderia ser feito uma comparação como que é pedido no papel e o que se encontra da pratica do dia a dia das escolas. A leitura de artigos teses foi essencial para a base sociológica afim de entender como o deficiente é visto no meio escolar e na sociedade, desta maneira poderíamos compreender melhor a visão dos profissionais que lidam com essas situações, dos alunos que estão em contato com eles e do próprio deficiente que vivencia essa experiencia social.

Os dados recolhidos na pesquisa também tiveram fontes de sites fornecidos por órgãos do governo como o número de matrículas de deficientes nas escolas do estado de Alagoas e no Brasil e a quantidade de escolas disponíveis na região. A elaboração dos questionários foi feita baseada em uma tese, sofrendo algumas modificações. Tendo em vista que trabalharíamos com crianças de até 12 anos. Além da aplicação de questionários para as crianças, também tiveram momentos com os professores, onde eles explicaram a forma que conduzem a situação de uma turma que contém um deficiente. Foi conversado com a professora de educação física e a psicopedagoga que é responsável pela sala de recursos da escola. Desta maneira foi possível observar métodos e esquemas utilizados na prática da sala de aula.

DESENVOLVIMENTO

A inclusão escolar, vem crescendo nas últimas décadas, desenvolvendo um movimento completo que tem a base a luta social das pessoas com deficiência e seus familiares para ter seus direitos básicos de desenvolvimento incluso na sociedade. A partir de 1970 começa se ter uma nova visão sobre a deficiência em meio a sociedade em contraposição ao que se acreditava historicamente ser o certo, essa visão vem alinhada com uma nova perspectiva social, mais abrangente e sistêmica (liv. Guia de educação especial para a inclusão na rede municipal de ensino de Maceió, p 24, 2016) nessa nova perspectiva não se nega que pessoas com deficiências tenham suas limitações e precisem de atendimentos especializados, mas enfoca que a pessoa com algum tipo de transtorno não deve ser apenas integrada em volta da sociedade onde só enxergam suas limitações, ao invés de se ter uma verdadeira inclusão onde o deficiente consiga se desenvolver plenamente em seu dia a dia.

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão e exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. (MEC/SEESP, 2007) Com a nova visão global sobre as pessoas com deficiência leis tiveram que ser criadas para garantir seus direitos, perante a vida escolar para essas pessoas o Brasil deu um grande passo ao incluir e destacar em sua constituição e em leis federais e estaduais a educação especial como prioridade, direito e dever do estado e sociedade de cumpre-las. Na Própria LDBEN (Leis de diretrizes e bases da educação nacional) é garantido o direito de a educação especial ser inclusa em ensino regular com total inclusão do aluno nas atividades curriculares e sociais no meio escolar. A educação especial afirma também que qualquer aluno com necessidades físicas ou mentais, tem direito a atendimento educacional especializado e gratuito, com isso foi criado o projeto pelo ministério da educação onde está sendo implementadas nas escolas a sala de recursos multifuncionais para ajudar os alunos e professores na adaptação e convivência no dia a dia. Em Alagoas cerca de 50% a 69% das escolas já tem esse recurso. (fonte: MEC/secadi,2015). A partir de então as matrículas nessa modalidade em escolas regulares teve um aumento significativo, 82% dos alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades foram incluídos em classes comuns (senso escolar, 2016).

Com os avanços políticos sobre a inclusão nas escolas, novos desafios apareceram, com o aumento no fluxo de matrículas da modalidade especial, as escolas se viram despreparadas para atender esses novos alunos, tanto em infraestrutura e equipamentos como por falta de profissionais especializados para ajudar a esses alunos, um bom exemplo sobre a falta de preparação em escolas da rede pública para atender os alunos da educação especial, é que até 2016 os banheiros adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida estava disponível apenas em 33% das escolas de anos iniciais, em 48% daquelas que oferecem os anos finais e em 58% nas de ensino médio (senso escolar, 2016). Onde se foi feita a pesquisa mesmo tendo uma boa mobilidade com rampas e corrimãos dentro da escola, para as pessoas com deficiências visuais não era oferecido o piso tátil para locomoção do aluno e não tinha equipamentos adequados para pratica esportiva inclusa, isso são apenas exemplos de como as escolas brasileiras não estão aptas para receber esses alunos. Uma grande dificuldade também relatada em grande parte das escolas brasileiras, é a violência escolar. A cultura do bullying tem ganhado força em ambiente escolar, e ao incluir a modalidade especial nas escolas regulares, os alunos ficaram vulneráveis, por falta de clareza e até de conscientização dos profissionais da educação, a um meio de práticas ofensivas, por parte dos outros alunos, que os ferissem emocionalmente. Isso mostra que mesmo com um aumento de 82% de matrículas desses alunos, por conta de dificuldades em sua mobilidade e acessibilidade a escola, e por não ter uma boa convivência social escolar, a frequência em sala de aula desses alunos acaba diminuindo, afetando seu desenvolvimento. Iniciativas de conscientização e prevenção ao bullying tem que estar sempre presente nas escolas, dinâmicas em sala de aulas e atividades que consigam incluir a todos é essencial para se criar um ambiente social igualitário onde pregue-se o respeito. A função da escola é de propiciar conteúdos e valores pautados na ética, que possui como elementos constitutivos o respeito mútuo, a justiça, o diálogo, a solidariedade, a cooperação, a sinceridade e a autenticidade (Rev. EF, 2010) e não de virar um ambiente onde alunos se sintam ameaçados e prefiram se afastar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escola foi visitada durante a manhã do dia 25/03/2019, o total de crianças entrevistadas foi de 24, onde se obteve os seguintes resultados baseados no questionário aplicado: 70,8% das crianças conhecem alguma outra criança que esteja em idade escolar (5 – 17 anos) e tenha deficiência, 29,16% não conhecem ninguém nesta situação nessa idade. Em relação ao bullying as crianças também informaram que 45,83% já presenciaram algum caso de bullying, 20,8% nunca presenciaram um caso de bullying e 33,3% não tem certeza se já

presenciaram algum caso de bullying. Além das pesquisas com as crianças foram entrevistados professores e profissionais da escola.

A coordenação passou alguns dados importantes à partir do início da introdução da educação especial na escola, como a iniciativa de convidar os pais para se conscientizar e passar a perceber sinais de que seu filho possa ter traços que necessitem de acompanhamentos especializados. Um bom exemplo da escola sobre inclusão é a aula de educação física, onde a professora faz dinâmicas que pregam a aceitação e o trabalho em grupo, no entanto a mesma informou que a maior dificuldade da escola é a grande quantidade de alunos por turma e a falta de equipamentos necessários para trabalhar com esses alunos. Um comentário feito pela professora foi que em sua prática esportiva ela não presencia atos de desrespeito e bullying com frequência, pelo contrário, os alunos se ajudam e a aula consegue fluir bem.

Além disso a escola oferece de recursos, onde tem atendimento duas vezes por semana, 1hr por dia, no período contrário a aula com acompanhamento de um profissional. Sobre essa sala foi conversado com a psicopedagoga responsável que deu as seguintes informações: quando ela foi encaminhada para o colégio em questão a sala estava fechada e ela teria recebido o desafio de reativá-la, em um ano ela conseguiu o apoio da coordenação e a presença ativa dos pais. Ela atende em torno de 10 crianças com diversas necessidades, entre elas cegos, surdos, transtornos mentais e autismo.

Outra coisa que também foi observada foi a adaptação da escola em relação as necessidades que alunos com deficiência, seja ela motora ou visual por exemplo, necessitam. A escola era bem adaptada para pessoas com deficiências motora, os banheiros eram amplos e tinham um banheiro em especial para cadeirantes. As salas eram bem adaptadas com rampas nas entradas para o acesso dos alunos, o refeitório tinha duas entradas, uma não necessitava de rampa, mas tinha a porta bem larga, a outra tinha a rampa de acesso. Locais como a entrada da escola, acesso ao pátio/ginásio e a área de educação infantil também tinham acesso facilitado. No entanto a escola não era bem adaptada aos deficientes visuais pois não tinham, por exemplo, pisos táteis para a melhor locomoção e orientação do aluno dentro da escola.

Os estudos realizados nessa área no estado de Alagoas apontam que as matrículas na modalidade da educação especial ainda estão baixas comparadas em geral. De 2017 para 2018 houve uma queda 27,07% em média nas matrículas dos alunos da educação especial, esses dados estão disponíveis em sites do próprio governo. Esses números se dão devido a fatores como bullying, despreparo da escola e dos profissionais para recebê-los e até mesmo a falta de apoio dos pais.

Hoje o bullying se manifesta como espelho da falta de informação da escola para com os alunos e do despreparo dos pais para tratar isso dentro de casa, gerando problemas como a diminuição da frequência de alunos especiais na educação regular. Os estudantes com

deficiência acabam se afastando da escola por não se sentirem seguros e a vontade no local escolar, gerando problemas maiores como dificuldade de socialização e isolamento daquele educando, podendo ocasionar problemas futuros na vida pessoal, acadêmica e profissional. Para incluir esses alunos na educação regular, as escolas têm que se adaptar não somente na estrutura física, mas sim no acolhimento e na conscientização da inclusão de alunos especiais nas atividades escolares.

A inclusão escolar deve ser praticada não só por alunos, mas também por professores, sabendo que a escola é obrigada por lei a aceitar os alunos especiais, se privadas, não cobrarem nenhum valor adicional por causa da condição do aluno. É uma realidade saber que nem todos os professores estão capacitados para receber e acolher alunos com necessidades variadas, isso dificulta uma boa adaptação do aluno em sala de aula. Esse tipo de pesquisa se torna importante a partir do momento que se tem o dever de acolher e alertar a aqueles que não acolhem, gerando uma sociedade sadia e de boa vivência para todos, não só para quem está no padrão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse projeto visamos a disseminação do respeito diante das individualidades dos indivíduos, reforçar a formação de valores nos estudantes e salientar o direito das pessoas inclusas na modalidade da educação especial. Além de observar e analisar a orientação que os professores têm para lidar com essas situações específicas. Esperamos deixar resultados de uma escola integradora e inclusiva, aberta a diversidade. E ainda analisar como a escola lida como um todo com essa situação, como está se adaptando e como reage a determinados momentos com essas crianças. Ser uma criança especial é ser uma criança diferente, e essa diferença está também no professor atuante na área, ou seja, fazer e ser a diferença.

REFERÊNCIAS

BARROS, P; CARVALHO, J; PEREIRA, M. *Um estudo sobre o bullying no contexto escolar*. [S. I], 2009

BRASIL, *Lei de diretrizes e bases da educação*. 1996

BRASIL, *Plano Nacional de Educação*. 2014

CASAGRADO, Ferdinando. *A legislação educacional que trata da inclusão*. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1723/a-legislacao-educacional-que-trata-da-inclusao?gclid=CjwKCAiA45njBRBwEiwASnZT5xUzqnck7q2c2ProQvMTqV35CggLpaVC4hSLS7QtcljUF8eQ47DJ1RoC_GoQAvD_BwE> acesso em: 13 de fev. de 2019

Censo escolar 2016. Brasília, fevereiro de 2017, p. 15 e 16

Combate ao bullying nas escolas. Revista EF – ano IX n.38- dezembro de 2010

DIAS, F; PINGOELLO, I. *Bullying na educação inclusiva*. [S. I], julho de 2016

FRANCO, Simone. *Lei Brasileira de Inclusão entra em vigor e beneficia 45 milhões de pessoas*. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusao-entra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>> acesso em: 13 de fev. de 2019

Guia de educação especial para a inclusão na rede municipal de ensino de Maceió. Maceió: Viva Editora. 2016, p. 24 a 31

MAIA, Miranda. *Um diagnóstico sobre a educação inclusiva: organização escolar, concepções de professores e desafios*. 2014. 73f. Trabalho de conclusão de curso- Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2014

MEC/SEESP. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. 09 de outubro de 2007

MENDANHA, Soraya. *Com avanços na educação, Lei Brasileira de Inclusão completa um ano*. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/05/com-avancos-na-educacao-lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano>> acesso em 14 de fev. de 2019

MENEZES, Ebenezer. *Necessidades educacionais especiais*. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/>> acessado em 14 de fev. de 2019

MIRANDA, Fabiana. *Educação especial em uma perspectiva inclusiva: Aspectos históricos*. Revista educação especial em debate [online] - v. 2 n.04- dezembro de 2017

PLANALTO. *Constituição da república federativa do Brasil*. 1988.

SANTOS, A.; KASSAR, M. *Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil*. Alcalá-ES. 2018

ZAVAREZE, Taís. *A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão*. Santa Catarina. 2009